



ARQUEOLOGIA, PATRIMÔNIO E LEGISLAÇÃO: ATUAÇÕES DO PROFISSIONAL DE ARQUEOLOGIA NO BRASIL

Raquel Machado Rech¹

Resumo

O objetivo deste artigo é trazer ao público algumas considerações sobre a escolha da Arqueologia como profissão e suas relações com o zelo pelo patrimônio e a legislação nacional mais diretamente voltada para este ofício. Serão apresentadas algumas diferentes possibilidades de atuação do profissional de arqueologia no Brasil, dentre as que temos mais conhecimento pela prática de atuação direta, e por isso dominamos sua explanação mais detalhadamente, em detrimento de outras. Esperamos que com os esclarecimentos prestados, seja possível motivar a muitos acadêmicos a escolher o ofício da Arqueologia como carreira profissional. É mister informar que este artigo é escrito em um período em que se aguarda a possibilidade de aprovação do Projeto de Lei que regulamenta a profissão de arqueólogo e a definição de novos parâmetros por meio de lei para o exercício desta profissão. Se assim ocorrer, novas páginas deverão ser redigidas na sequência destas, dada a importância desta pauta para garantir a devida preservação do patrimônio arqueológico brasileiro protegido pela Lei nº 3.924/61 e pela Constituição Federal de 1988, em seus artigos 216 e 225.

Palavras-chave: Arqueologia – Patrimônio – Legislação

ARCHEOLOGY, HERITAGE AND LEGISLATION: ACTUATIONS OF THE ARCHEOLOGY PROFESSIONAL IN BRAZIL

Abstract

The objective of this article is to bring to the public some considerations about the choice of Archeology as a profession and its relations with the zeal for heritage and the national legislation directed to it. It will be presented some different possibilities of the actuation of the archeology professional in Brazil, among which the ones who we have more knowledge by the direct practice of them, and therefore we know how to explain with more details, instead of others. We hope that with all the explanations presented here, it will be possible to motivate many undergraduate students to choice Archeology

¹ Graduada em História pela UFRGS, Mestrado em Arqueologia pela PUCRS, Doutorado em Arqueologia pela USP, Responsável pelo NArq/CCM-URI (2006-2007) e Coordenadora do NArq/Museu Santo Ângelo (2007/2015). Atualmente é Arqueóloga da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Sul - IPHAN/RS (raquelrech@gmail.com).



for a professional career. Furthermore, it is necessary to inform that this article was written prior the period in which the Law Project for Archeology to be regulamentated as profession. When this will occurs new pages would need to be written following these ones, due the importance of this fact to guarantee a very best preservation of the brazilian archeological heritage protected by the Low n°3924/1961 and by the Brazilian Federal Constitution from 1988 in its articles n° 216 and 225.

Key-Words: *Archeology - Heritage - Legislation:*

Este artigo busca apresentar diferentes alternativas referentes à atuação do arqueólogo no Brasil, demonstrando possibilidades de atuação do arqueólogo no mercado e as suas relações com as áreas de pesquisa, museologia, licenciamento ambiental, educação patrimonial, ações de cidadania e produção de conhecimento, sendo na iniciativa privada, na docência ou em órgãos de gestão ou cargos de instituições governamentais.

Buscaremos também nos referenciar em conhecimentos adquiridos ao longo de experiências já vivenciadas ao longo da formação da carreira da presente autora.

Ademais, buscaremos ainda elencar um rol de outras trajetórias possíveis de interação considerando o amplo escopo interdisciplinares com uma vasta gama de outras áreas de pesquisa com que a ciência arqueológica pode se relacionar.

Desta forma, iremos primeiramente abordar as possibilidades de formação em Arqueologia que atualmente se vislumbram no Brasil, para em seguida abordar diferentes formas de atuações interdisciplinares do métier do arqueólogo frente a outras disciplinas; a necessidade de divulgação do conhecimento produzido através de realização de atividades expositivas, participação em eventos científicos; também será abordada a importância dos estudos do patrimônio e a necessidade de realização de atividades de educação patrimonial para extroverter as pesquisas arqueológicas realizadas. Entremeadado a tudo isso, serão apresentadas ainda algumas considerações



com relação ao estado atual da legislação vigente com relação às atuações do profissional de arqueologia no Brasil.

Os cursos de graduação em Arqueologia no Brasil são ainda em número reduzido. Até pouco tempo atrás só havia a possibilidade de pós-graduação na área após uma graduação recorrentemente realizada nas áreas de História, Geografia, Geologia, Antropologia, etc.

Fato é que a incipiente oferta de cursos de graduação contrapõe-se à necessidade de profissionais com qualificação na área dado o aumento de demanda de obras de infraestrutura impulsionada pelo PAC - Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal; bem como da Instrução Normativa IPHAN nº 01/2015, que estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe; acrescidos da pré-existente demanda de pesquisas acadêmicas já atendidas pela Portaria SPHAN nº07/1988 e de licenciamentos ambientais já anteriormente relacionados à Portaria IPHAN nº230/2002.

Diante disso, as alternativas de graduações e cursos de especialização *lato e stricto sensu* vêm a encorpar o quadro técnico capacitado na área de Arqueologia no Brasil para suprir estas demandas.

Portanto, para formar-se Arqueólogo no Brasil as possibilidades se dão mediante cursos de Graduação; Pós-Graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado); e Pós-Graduação *latu sensu* (Especialização).

Com relação à Graduação, além da possibilidade de Bacharelado direto em Arqueologia. O título de Bacharel em Arqueologia possibilitará o novo profissional a exercer sua profissão em empresas de consultoria, técnico de museus, ministrar aulas, atuar em pesquisas de licenciamento ambiental.

Cabe lembrar que também é possível ser feita uma Licenciatura em outro curso, como História, Antropologia, Geologia, Biologia, Ciências Sociais, etc. para depois pós-graduar-se em Arqueologia.



Tabela I - Cursos de Graduação em Arqueologia no Brasil

• **Cursos de Graduações em Arqueologia:**

1. Universidade Federal de Sergipe - UFS (Laranjeiras, SE)
2. Universidade Federal do Rio Grande - FURG (Rio Grande, RS)
3. Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUCGO (Goiânia, GO)
4. Universidade Federal do Piauí - UFPI (Teresina, PI)
5. Universidade Federal de Rondônia - UNIR (Porto Velho, RO)
6. Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA (Santarém, PA)
7. Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (Recife, PE)
8. Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (Rio de Janeiro, RJ)
9. Universidade do Estado do Amazonas - UEA (Manaus, AM)
10. Universidade do Estado da Bahia - UNEB (Paulo Afonso, BA)
11. Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES (Santos, SP)
12. Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF (São Raimundo Nonato, PI)

• **Dois cursos oferecem bacharel em Antropologia, mas permitem obtenção do título com habilitação para Arqueologia:**

13. Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (Belo Horizonte, MG)
14. Universidade Federal de Pelotas - UFPEL (Pelotas, RS)



Tabela II - Pós-Graduação em Arqueologia: Mestrado *Stricto Sensu*

<ul style="list-style-type: none">• Universidades que oferecem Mestrado em Arqueologia:<ol style="list-style-type: none">1. Universidade de São Paulo - USP (São Paulo, SP)2. Universidade Federal de Sergipe - UFS (Laranjeiras, SE)3. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (Rio de Janeiro, RJ)4. Universidade Federal do Piauí - UFPI (Teresina, PI)5. Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (Recife, PE)
<ul style="list-style-type: none">• Universidades que oferecem Mestrado em Antropologia com habilitação para Arqueologia:<ol style="list-style-type: none">1. Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (Belo Horizonte, MG)2. Universidade Federal do Pará - UFPA (Belém, PA)3. Universidade Federal de Pelotas - UFPEL (Pelotas, RS)

Tabela III - Pós-Graduação em Arqueologia: Doutorado *Stricto Sensu*

<ul style="list-style-type: none">• Universidades que oferecem Doutorado em Arqueologia:<ol style="list-style-type: none">1. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (Rio de Janeiro, RJ)2. Universidade de São Paulo - USP (São Paulo, SP)3. Universidade Federal de Sergipe - UFS (Laranjeiras, SE)4. Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (Recife, PE)
<ul style="list-style-type: none">• Universidades que oferecem Doutorado em Antropologia com habilitação para Arqueologia:<ol style="list-style-type: none">1. Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (Belo Horizonte, MG)2. Universidade Federal do Pará - UFPA (Belém, PA)



Tabela IV - Pós-Graduação em Arqueologia: Especialização *Lato Sensu*

• **Enumeramos algumas dentre várias instituições que oferecem Especialização em Arqueologia:**

1. Museu Nacional - UFRJ (Rio de Janeiro, RJ)
2. Instituto de Arqueologia Brasileira - IAB / Faculdade Redentor (Belford Roxo, RJ)
3. Universidade de Santo Amaro - UNISA (São Paulo, SP)
4. Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL (Tubarão, SC)
5. Pontifícia Universidade Católica - PUCRS (Porto Alegre, RS)
6. Universidade de Passo Fundo - UPF (Passo Fundo, RS)²

Após definida a formação escolhida – seja na forma de uma graduação, uma pós-graduação *stricto sensu* (Especialização)³ ou uma pós-graduação *lato sensu* (Mestrado e/ou Doutorado) – é possível vislumbrar as diferentes possibilidades de atuação do arqueólogo no mercado, bem como as suas relações com as diferentes áreas possíveis de atuação.

Assim, enquanto ainda na fase de formação, muitas vezes já é possível atuar como estagiário (bolsista ou voluntário) ou auxiliar-técnico como membro de equipes de pesquisa de campo, laboratório ou educação patrimonial.

² Interessante destacar que desde a criação do curso de especialização em Cultura Material e Arqueologia da Universidade de Passo Fundo, o PPGH/UPF encaminhou questionamento ao IPHAN sobre o atendimento às diretrizes constantes no Ofício-Circular nº001/2013-PRESI/IPHAN no que diz respeito à análise dos requerimentos de autorização/permissão para desenvolvimento de pesquisas arqueológicas em território nacional, sendo que este Instituto manifestou-se por meio do Memorando nº0352/2017/CNA/DEPAM/IPHAN que tendo em vista que a profissão de Arqueólogo ainda não foi regulamentada, os critérios apresentados correspondem ao posicionamento da Procuradoria Federal, e deverão ser reavaliados quando da regulamentação da profissão. Assim, este documento esclarece que os pós-graduados deste curso de especialização enquadram-se nos critérios estabelecidos pelo Ofício-Circular supramencionado. A despeito do posicionamento positivo, é importante destacar que este enquadramento não implica no reconhecimento imediato dos pós-graduados como arqueólogos profissionais perante o IPHAN. Após a conclusão de sua formação acadêmica, a idoneidade técnico-científica deverá ser pleiteada e comprovada pelo proponente junto ao IPHAN.

³ Salienta-se que para um curso de Especialização ser reconhecido pelo IPHAN, ele deve atender ao que reza o item 4 do Ofício-Circular nº001/2013-PRESI/IPHAN, que trata da aferição da Idoneidade técnico-científica para eventuais interessados em atuarem como coordenadores de projetos de estudos arqueológicos conforme previsto no art. 9º da Lei n 3924/1961: “(...) conclusão de cursos sequenciais e de pós-graduação, previstos no art. 44 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação desde que tenham por objeto o estudo da arqueologia e estejam devidamente reconhecidos pelo órgão ou entidade encarregada de fiscalizá-los, no caso o Ministério da Educação (MEC).”



Após estar de posse do título de arqueólogo é possível tomar o rumo que se pretende dedicar: na academia, em museus, em instituições científicas, em órgãos governamentais municipais, estaduais ou federais, bem como empresas de arqueologia ou licenciamento ambiental.

A forma de atuação em cada posto escolhido também tem suas particularidades, variando desde as múltiplas facetas de que abarcam um projeto de pesquisa arqueológico – seja uma pesquisa acadêmica ou de licenciamento ambiental abarcando diagnóstico, prospecção, salvamento e gestão – compreendendo pesquisas bibliográficas, de campo e de laboratório, passando por projetos de educação patrimonial, e até mesmo ações de cidadania⁴ para chegar até a extroversão, nas mais variadas formas de expografia e participação em eventos culturais e científicos para difusão do conhecimento à comunidade.

Assim, arqueólogos de museus, instituições científicas, quadros técnicos de municípios,⁵ via de regra, atuam de forma semelhante aos arqueólogos que dedicam-se à pesquisa acadêmica. Isto porque debruçam suas pesquisas, em grande parte, sobre uma área geográfico-cultural específica a que o museu ou município abarca, como no caso de centros históricos, por exemplo.

Já aos que pretendem atuar como arqueólogos de fundações, institutos ou demais órgãos governamentais, como o IPHAN, muitas vezes terão suas atividades concentradas na fiscalização de todas as atividades e pesquisas arqueológicas desenvolvidas por outros núcleos no âmbito do Patrimônio cultural implicando, basicamente, em vistorias, fiscalização e emissão de pareceres envolvendo o patrimônio material; patrimônio arqueológico; patrimônio imaterial; educação patrimonial; licenciamento ambiental; sistema de gerenciamento do patrimônio arqueológico;

⁴ Como, por exemplo, ações de integração de educandos em regime semi-aberto que podem prestar serviço auxiliando nos trabalhos de escavação e tendo a oportunidade de redução de 1/3 de suas penas na modalidade de pena-social, como tivemos a oportunidade de experimentar em projetos arqueológicos executados junto ao Centro Histórico de Santo Ângelo-RS. Na grande maioria dos casos, a reintegração social desses auxiliares é extremamente positiva.

⁵ Cujos cargos são instituídos por leis específicas.



sistema integrado de conhecimento e gestão, envolvendo emissão de Portarias Autorizativas, fiscalizações, cadastro e gerenciamento de sítios e instituições de guarda. Neste sentido, as análises são subdivididas em: **a)** Análise de processos de licenciamento ambiental conforme a Portaria nº230/2002 e Instrução Normativa IPHAN nº01/2015: fichas de caracterização de atividade (FCA's), projetos, relatórios e emissão de portarias autorizativas; **b)** Análise de processos de pesquisa acadêmicos conforme a Portaria SPHAN nº 07/1988: projetos, relatórios e emissão de portarias autorizativas; e complementações; **c)** Elaboração de documentos diversos: pareceres, despachos, termos de referência, informações técnicas, anuências de licenças ambientais, termos de ajuste de conduta; **d)** Vistorias a pesquisas arqueológicas de campo, a denúncias de implantação irregular de empreendimentos, e a instituições de guarda e pesquisa de acervos arqueológicos (conforme Ordem de Serviço nº02/2016 e Portaria IPHAN nº196/2016), para citar as mais atividades mais relevantes.

No âmbito da interdisciplinaridade, podemos elencar várias disciplinas que podem resultar de pesquisas arqueológicas aprimoradas com outras áreas, como, por exemplo, interações com a Geologia (estratigrafia); Geofísica (georadar); Química (limpeza de metais); Numismática (identificação de moedas); Letras (identificação de escrituras nos artefatos); Restauro/Conservação (cerâmica); Pedagogia (Educação Patrimonial); Biologia/Medicina (análise osteológica); Patrimonialização/musealização dos espaços escavados, etc.

Para além das atuações lembradas aqui, não podemos esquecer da sempre importante extroversão das pesquisas arqueológicas para a comunidade. Além do já preconizado pelas Portarias nº07/1988 e nº230/2002 e pela IN nº01/2015, há uma vasta coletânea de manuais e cartilhas de Educação Patrimonial que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional disponibiliza em seu portal na Internet para orientar neste momento. No entanto, há uma regulamentação formal estipulada pela Portaria IPHAN nº137/2016, a qual estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito deste Instituto.



É importante lembrar que a participação em congressos, seminários e todo tipo de encontros científicos para a divulgação das pesquisas arqueológicas é muito importante não só para a divulgação e disseminação das pesquisas, mas também para conhecimento das realizadas por outros colegas e trocas de informações e atualização dos conhecimentos.

Como exemplo prático sobre a escolha do ofício da Arqueologia como profissão, tomo a liberdade de apresentar a minha própria trajetória a título de exemplo de formação: à época de minha formação nos idos dos anos 90, a única graduação de Arqueologia que existia no Brasil era na Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, hoje já extinta. Então, por ser do Sul, optei por fazer graduação em História na UFRGS. Durante a graduação fui bolsista de dois amplos projetos de Pesquisa, o *Projeto Arqueologia Histórica Missioneira*, coordenado pelo Prof. Dr. Arno Kern, e o *Projeto Apollonia - História e Arqueologia da Cidade Antiga*, coordenado pelo Prof. Dr. Francisco Marshall. Oportunidades durante a graduação que me ampliaram os horizontes num amplo leque interdisciplinar de atuações enquanto bolsista que surtiram em excelentes oportunidades de continuidade na trajetória acadêmica e profissional futura. Em seguida, ingressei no Mestrado em História da PUCRS com Área de Concentração em Arqueologia, modalidade hoje extinta. Na sequência, Doutorado em Arqueologia Clássica na USP, sendo que realizei também estágio de Doutorado Sanduíche junto à Tel Aviv University (TAU). Salientando que toda esta formação foi facilitada pela obtenção de bolsas de estudo junto a agências de fomento à pesquisa (FAPERGS, CNPq e CAPES).

Após a formação acadêmica, segui como pesquisadora associada do Núcleo de História Antiga da UFRGS; Coordenadora de Produção Cultural do StudioClio - Instituto de Arte e Humanismo; Arqueóloga responsável pelo Núcleo de Arqueologia do Centro de Cultura Missioneira (NArq-CCM/URI); Sócia-Proprietária da Empresa Brasil Sul Arqueologia e Educação Patrimonial; Arqueóloga do quadro técnico-científico da Prefeitura de Santo Ângelo sendo a Coordenadora do Núcleo de Arqueologia do Museu



Municipal Dr. José Olavo Machado (NArq-MMJOM),⁶ tendo participado como membro de equipe e coordenadora de inúmeros projetos de licenciamento ambiental, pesquisas acadêmicas, laboratoriais, exposições arqueológicas e projetos de educação patrimonial por toda esta trajetória até o momento presente em que estou atuando como Arqueóloga do quadro técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

Os Arqueólogos são profissionais habilitados a trabalhar em entidades públicas, realizando estudos inerentes ao patrimônio cultural e natural. Conduz também pesquisas científicas ou pode ainda realizar consultoria em empresas da iniciativa privada. Podem atuar, ainda, em consultorias para turismo cultural. Outra área de atuação que cada vez amplia mais postos para esta profissão são museus e municipalidades, além da docência e pesquisas em universidades que configuram-se em outras crescentes frentes de atuação para a profissão.

Este rápido relance sobre um exemplo de trajetória particular dica aqui representado como exemplo àqueles que aspiram seguir uma carreira na Arqueologia, seja como pesquisador, seja na área empresarial, ou seja atuando em órgãos de gestão ou em cargos de instituições governamentais, visto que muitas são as direções em que um leque de oportunidades e aptidões podem se abrir.

Por fim, apesar de a Lei 3924/1961 tratar dos monumentos arqueológicos e pré-históricos e de estar listada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), a profissão de Arqueólogo ainda não é regulamentada. No entanto, tramita no Congresso Nacional um projeto de Lei que prevê as normas para esta categoria.

⁶ Oportunidade que viabilizou um gerenciamento completo sobre o patrimônio arqueológico de um município que foi erguido sobre as ruínas de uma redução jesuítica que jáz em subsolo – Santo Ângelo Custódio – permitindo abarcar desde projetos de pesquisas arqueológicas amplos sobre a área de uma redução jesuítica comportando análises laboratoriais, diferentes expografias (exposições no Museu Municipal e a criação de um Museu a Céu Aberto com os vestígios *in situ*), além de atividades de educação patrimonial, dentre as quais o Projeto “*Jornadas de Arqueologia Missioneira*” reconhecido pelo Prêmio Darcy Ribeiro 2010, concedido pelo IBRAM/MinC, como figurando dentre as melhores ações educativas de museus brasileiros. Projetos executados com a grande colaboração de uma rede de estagiários (bolsistas e voluntários), além dos auxiliares técnicos fornecidos diretamente pela Prefeitura ou mediante convênios com outras instituições.



Bibliografia

BRAVO, F. J. M. “Arqueologia, História e Interdisciplina” In: RUIZ, G. B. **Reflexiones sobre Historia y Interdisciplina**. Guanahuato: Universidad de Guanahuato, 2012, pp. 97-110.

FUNARI, P.P.A. “Rescuing Ordinary People's Culture: Museums, Material Culture and Education in Brazil”. In: STONE, P.G. e MOLINEAUX, B. L. (Orgs) **The Presented Past, Heritage, museums and education**. Londres: Routledge, Londres, 1994, pp. 120-136.

TAMARINI, E. “Museu, Arqueologia e Poder Público: Um Olhar Necessário”. In: FUNARI, P.P.A. (Org). **Cultura Material e Arqueologia Histórica**, Campinas: IFCH-UNICAMP, 1998, pp. 179-220.